

PRIVAÇÃO SOCIAL NA ÁREA URBANA DE SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL

Pedro Leonardo Cezar Spode¹

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
Santa Maria, Rio Grande do Sul
E-mail: pedrospode@gmail.com

Rivaldo Mauro de Faria²

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
Santa Maria, Rio Grande do Sul
E-mail: rivaldo.faria@ufsm.br

Resumo

Este estudo buscou identificar áreas de privação e pobreza na cidade de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul, por meio de um Índice de Privação Social (IPS). O IPS é um instrumento de identificação da pobreza que combina variáveis de diferentes aspectos, como saúde, saneamento básico ou a moradia, por exemplo. Para este trabalho, utilizou-se um índice de privação com cinco indicadores sociais selecionados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do ano de 2010, compreendendo as dimensões da educação, da renda, a densidade populacional e o saneamento básico. Através do IPS, foi possível identificar verdadeiras manchas de pobreza na cidade de Santa Maria, em situações que envolvem a privação da educação formal, da renda, do saneamento básico, da moradia e do próprio direito do uso do território, revelando expressivas desigualdades socioespaciais no espaço urbano do município.

Palavras Chave: Desigualdades Socioespaciais; Pobreza Urbana; Santa Maria; Áreas Periféricas; Índice de Privação Social.

SOCIAL DEPRIVATION IN THE URBAN AREA OF SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL

Abstract

This study sought to identify areas of deprivation and poverty in the city of Santa Maria, state of Rio Grande do Sul, through a Social Deprivation Index (IPS). The IPS is an instrument for identifying poverty that combining variables from different aspects, such as health, basic sanitation or housing, for example. For this work, we used a deprivation index with five social indicators selected from the Brazilian Institute of Geography and Statistics in 2010, comprising the dimensions of education, income, population density and basic sanitation. Through the IPS, it was possible to identify true patches of poverty in the city of Santa Maria, in situations that involve the deprivation of formal education, income, basic sanitation, housing and the right to use the territory, revealing significant socio-spatial inequalities in the urban space of the municipality.

Keywords: Socio-spatial Inequalities; Urban Poverty; Santa Maria; Peripheral Areas; Social Deprivation Index.

PRIVACIÓN SOCIAL EN LA ZONA URBANA DE SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL

¹ Doutorando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (PPGGEO-UFSM).

² Doutor em Geografia Unicamp. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Resumen

Este estudio buscó identificar áreas de privación y pobreza en la ciudad de Santa María, estado de Rio Grande do Sul, a través de un Índice de Privación Social (IPS). El IPS es un instrumento de identificación de la pobreza que combina variables de diferentes aspectos, como salud, saneamiento básico o vivienda, por ejemplo. Para este trabajo, utilizamos un índice de privación con cinco indicadores sociales seleccionados del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística en 2010, que comprenden las dimensiones de educación, ingresos, densidad de población y saneamiento básico. A través del IPS se logró identificar verdaderos parches de pobreza en la ciudad de Santa María, en situaciones que involucran la privación de educación formal, ingresos, saneamiento básico, vivienda y derecho al uso del territorio, revelando importantes desigualdades socioespaciales en el espacio urbano del municipio.

Palabras-clave: Desigualdades Socioespaciales; Pobreza Urbana; Santa Maria; Áreas Periféricas; Índice de Privación Social.

Introdução

A privação social é um conceito surgido na Sociologia e na Psicologia Social, utilizado para avaliação da pobreza e das desigualdades entre os grupos sociais, tendo como ponto central de análise a impossibilidade no acesso a recursos necessários à reprodução social. Tais recursos podem ser de ordem social ou material, por essa razão, a privação pode ser classificada em privação social e material, ou ainda, privação relativa ou absoluta (TOWNSEND, 1987); (SEN, 2010).

De acordo com Townsend (1987), a privação social possui relação com a fragilidade que determinados grupos possuem em relação as redes sociais, além da dificuldade da participação de costumes, direitos e deveres de dada sociedade. Desse modo, esta forma de privação pode estar ligada a formas de discriminação, como o racismo, perseguições por questões religiosas ou étnicas, ou seja, relacionados a condições que ultrapassam as barreiras materiais da pobreza (IVALDI, 2016). Por outro lado, a privação material diz a respeito com a impossibilidade do acesso aos recursos considerados básicos ao desenvolvimento humano (TOWNSEND, 1987), como por exemplo a privação do acesso a moradia, o saneamento básico ou a renda. A privação material, como aborda o autor, identifica as condições objetivas em que os grupos sociais se encontram e as dificuldades de tais grupos de usar o território. Conforme Faria (2017, p. 16) coloca:

Enquanto a privação material “subentende a ausência ou falta de bens, serviços e recursos aceitos como primários; a privação social pressupõe a não participação nas relações, sobretudo nas relações de direito, da justiça e dos deveres (ou simplesmente da vida cidadã) [...]”

A identificação da privação social nos territórios pode ser realizada por meio de índices de privação social (IPS), elaborados através de indicadores censitários, que medem as condições socioeconômicas das áreas de residência, com auxílio de diferentes procedimentos estatísticos (BARTLEY e BLANE, 1994); (TESTI e IVALDI, 2008). Contudo, cabe lembrar que a privação social se trata de um fenômeno manifestado territorialmente, que se configura através da ausência do acesso aos recursos, materiais e imateriais, cuja representação pode ser realizada por meio dos índices de privação. Ou seja, o IPS auxilia na identificação das áreas privadas, através de determinadas dimensões da pobreza, inseridas em um modelo estatístico, porém, tal modelo não pode ser confundido com a privação social em si (SAVIAN, 2016).

A privação é uma manifestação do território, e como uma manifestação do território, portanto, ela só pode ser entendida segundo uma dada realidade socioespacial, configurada pelos usos do território. O IPS se torna um importante recurso na avaliação das desigualdades socioespaciais urbanas, pois realiza a espacialização de determinadas variáveis que atestam as condições sociais do território. Como coloca Souza (2004, p. 72), “o território grita sobre as desigualdades e diz qual a relação dela comigo, com meu lugar, lá onde vivo”, daí a importância da espacialização dos dados sociais das cidades.

Nesse sentido, buscamos com esse trabalho evidenciar as desigualdades socioespaciais de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul (RS), por meio de IPS elaborado para a área urbana do município. O IPS foi construído a partir de indicadores sociais retirados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao nível dos setores censitários, e elaborados através de procedimentos metodológicos descritos em Spode (2020)³.

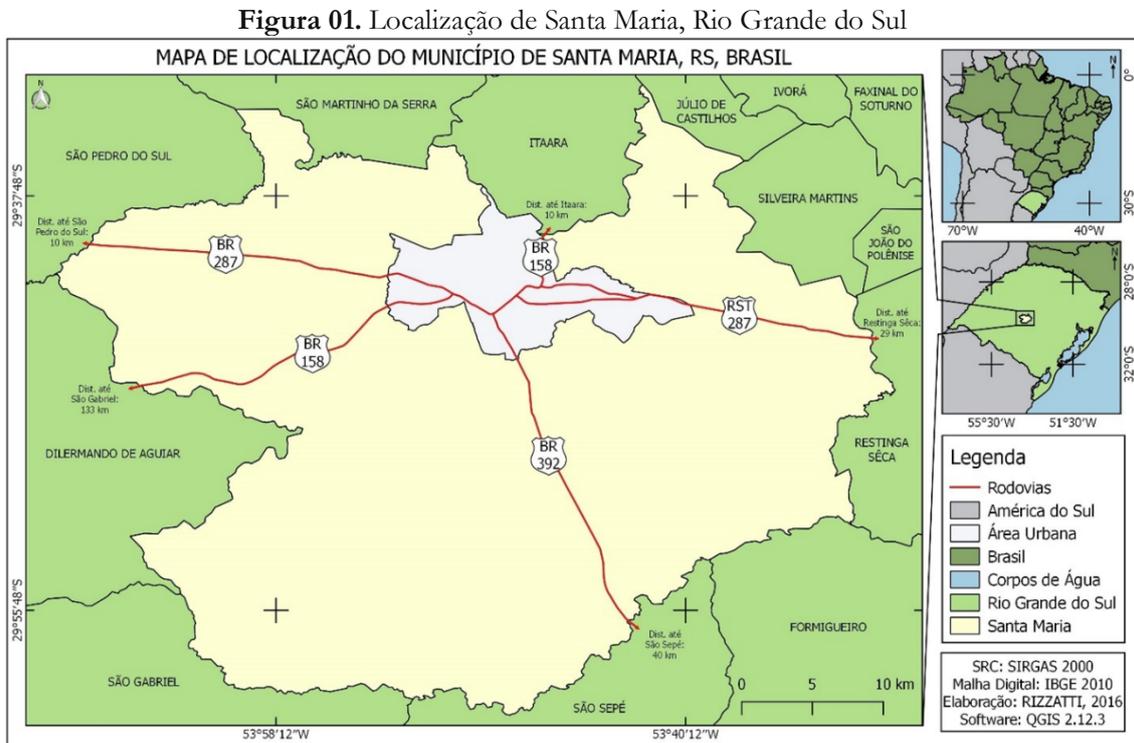
O uso do território em Santa Maria, RS

Santa Maria é uma cidade média localizada no centro geográfico do estado do RS (figura 1), com população em 2010 de 261.031, segundo dados do Ibge de 2010⁴. Conhecida

³ Os procedimentos metodológicos utilizados na elaboração do IPS estão descritos na pesquisa de mestrado intitulada Pobreza e privação social na área urbana de Santa Maria, Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos usos do território, de nossa autoria, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria em janeiro de 2020. Em resumo, os procedimentos metodológicos utilizados envolveram processos de seleção das variáveis, em relação a realidade socioespacial de Santa Maria, também de ponderação e modelagem dos dados.

⁴ Segundo as últimas estimativas divulgadas recentemente pelo Ibge, em 2020, Santa Maria apresenta população de 283.677 habitantes. Ver em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>.

pelo papel de destaque regional, polo de referência em serviços na área educacional e médico hospitalar, além de centro institucional, com um dos maiores contingentes de militares do país (DEGRANDI, 2012).



Fonte: Rizzatti et al (2016). Elaboração: Maurício Rizzatti.

Em um enorme esforço de síntese, buscamos compreender os processos que envolveram a formação socioespacial de Santa Maria, a partir de determinados eventos que foram importantes na construção do território ao longo do processo histórico. Ademais, o processo histórico dos usos do território ao longo do tempo, demonstra a sobreposição de divisões territoriais do trabalho, do passado e do presente, que se acumulam no decorrer dos séculos em Santa Maria. Como colocam Santos e Silveira (2011), os usos destinados ao território são diferentes nos diversos momentos históricos.

Para este trabalho, diante da limitação no número de páginas, torna-se impossível realizar uma periodização histórica para o município de Santa Maria, abrangendo todos os processos envolvidos desde os antecedentes da ocupação do território. Por essa razão, destacamos três eventos fundamentais em cada momento histórico: a) o acampamento militar em 1797; b) a era ferroviária a partir de 1885; c) a era universitária a partir de 1960 e a Santa Maria corporativa iniciada na década de 1970.

(a) O primeiro evento, portanto, aloca-se dentro do processo de expansão do capitalismo no estado do RS, no local onde hoje se localiza o município de Santa Maria, foi a chegada da comissão demarcadora de limites, das Coroas portuguesa e espanhola, composta não apenas por militares, mas por artesões, capatazes, peões, também as esposas e filhos, somando mais de cem pessoas, segundo o historiador João Belém (1989). Assim, pelo caráter geopolítico estratégico, por sua posição no centro da Província do Rio Grande, a formação do território de Santa Maria ocorre por meio de verticalidades operadas pelos Reinos de Portugal e Espanha, isto é, ações realizadas de pontos distantes.

Alguns autores, como Noal Filho e Marchiori (1997, p. 14) afirmam que “[...] o acampamento militar de 1797 tornou-se o evento definitivo para a fundação de Santa Maria”. De fato, é possível observar a ação das forças externas dando vida ao território, sobretudo neste período, do final do século XVIII, período de conflitos, guerras, arranjos militares e diplomáticos, permeavam o RS (LUVIZOTTO, 2009). Ao referir-se a este período, Bernardes (1985, p. 175) expõe:

Santa Maria mantendo-se ocupada por tropas militares, garantia a segurança do território como ponto estratégico. Mais tarde a área foi doada como sesmaria (1789), permanecendo ali um acampamento de militares para consolidar a posse do território (BERNARDES, 1985, p. 175).

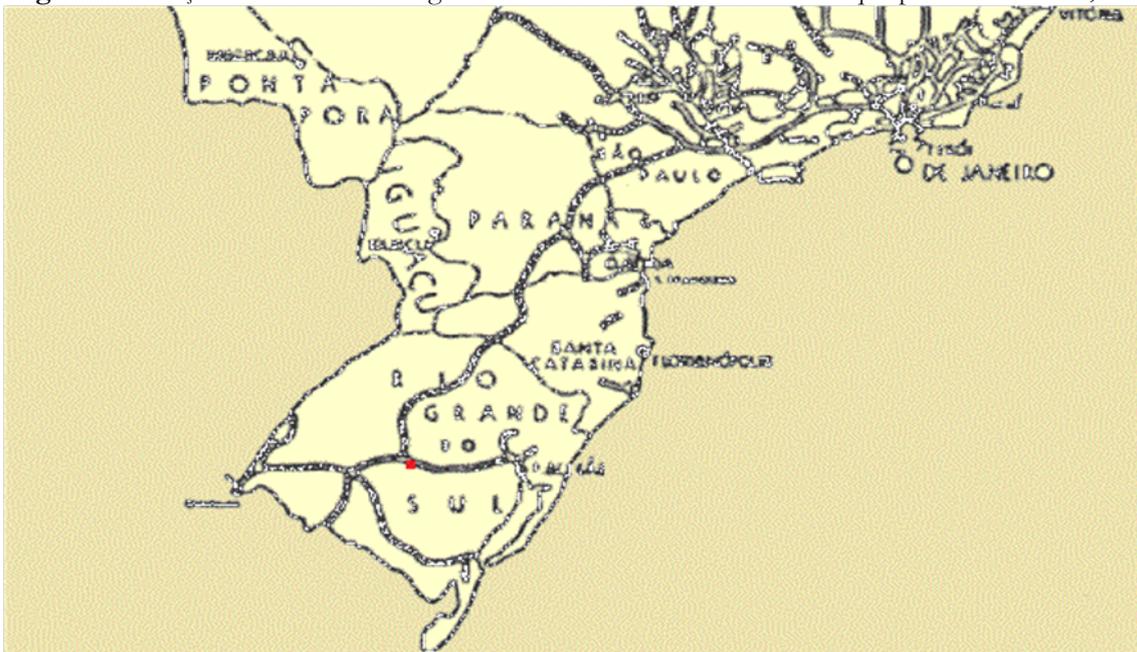
Isso denota a presença militar no território de Santa Maria desde os primórdios da formação da cidade. A localização da área, situada nos limites dos domínios portugueses, associada a composição física, circundada à norte pelos Morros da Serra Geral, contribuíram para o caráter estratégico de Santa Maria, frente as aspirações de Portugal, como também expõe o início do uso militar do território. De acordo com Bolfe (1997, p. 55), Santa Maria se integra a Portugal através de redes estabelecidas com a sede da Coroa no Rio de Janeiro, e diante da condição militar imposta, “[...] é designada pelo governo para ser o centro estratégico militar no sul do país, o marco inicial fora dado e o acampamento toma papel de um povoado em constante expansão.” Os trabalhos de Machado (2008) e Degrandi (2012), evidenciam o uso militar do território em Santa Maria, materializado através de campos de treinamento, quartéis, condomínios militares, a Base Aérea militar, além de grande contingente de militares na ativa e da reserva.

(b) O segundo evento a se destacar é a implantação da ferrovia em Santa Maria em 1885. A ferrovia encurtou as distâncias entre as principais cidades do estado do RS, no final

do Império, dinamizando a indústria gaúcha e o capitalismo urbano em Santa Maria, criando uma classe de ferroviários na cidade, como também, impulsionando todo um início de transformação do território. Nesse período, o tempo demandado no trajeto entre Santa Maria e Porto Alegre, através de carretas puxadas por bois era de 15 dias, enquanto com as modernas locomotivas o trajeto passou para menos de 10 horas, o que dinamizou o processo de transporte de mercadorias (DEGRANDI, 2012).

Segundo Degrandi (2012, p. 119), “a ferrovia possibilitou a motorização do território de Santa Maria, superpondo uma nova camada técnica ao seu arranjo territorial, baseado, até então, somente na tração animal”, correspondendo aos avanços nas técnicas ocorridos nos países industrializados, integrando o território de Santa Maria ao capitalismo nacional e internacional. A figura 2 demonstra o traçado ferroviário do que Milton Santos chama de região concentrada em 1910, no qual é possível observar a conexão do estado do RS e em especial de Santa Maria (em vermelho), com estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, além da cidade de Rio Grande, a qual, o Porto marítimo seria inaugurado em 1915.

Figura 02. Traçado ferroviário da região concentrada em 1910 com destaque para Santa Maria, RS



Fonte: website ferrovias do Brasil. <http://vfco.brazilia.jor.br/Planos-Ferrovios/evolucao-da-rede-de-estradas-de-ferro-1910.shtml>. Adaptado pelos autores.

Em 1898 a *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil (Auxiliaire)*, empresa belga que era arrendatária da estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana, transfere para Santa Maria os seus escritórios administrativos e oficinas, um marco simbólico importante da verticalidade da ferrovia no território de Santa Maria. Anos mais tarde, a empresa belga viria a possuir a concessão de todas as linhas férreas do Estado, originando a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), até vender aproximadamente 75% de suas ações a empresa norte-americana chamada Brazil Railway (FLÔRES, 2007). Assim, conforme assinala Degrandi (2012, p. 122), “os sistemas de ações que envolvem os serviços ferroviários obedecem a ordens de centros decisórios distantes dos lugares escolhidos e funcionalizados para seus usos.”

Portanto, na virada do século XIX para o século XX, os usos do território na cidade passam a ser pautados pela racionalidade ferroviária, dinamizando a circulação de capitais e mercadorias, como também, os setores do comércio e o empresarial. O uso ferroviário alterou a dinâmica urbana, transformando o espaço, com a implantação de infraestrutura, criação de ruas, iluminação pública a base de energia elétrica, entre outros. Nesse período, de acordo com Comin (2013), a mancha urbana contava com 88 ruas e 6 praças, expandindo-se no traçado leste-oeste, acompanhando o aparato ferroviário.

Por sua situação geográfica, foi ponto de convergência e distribuição de produção de toda região centro-oeste para os grandes centros comerciais. Com a ferrovia e, especialmente pelo entroncamento férreo, surgem, na cidade, hotéis de luxo, casas comerciais, frigoríficos, entrepostos, depósitos de produtos agrícolas e pastoris. O incremento populacional também é notável. Em 1894, a cidade tinha três mil habitantes, dez anos após, contava com 15 mil. A quantidade de edificações, no mesmo período, passou de 400 para 1.500 (ROCHA, 1993, p. 147).

Dessa maneira, o traçado da estrada de ferro em Santa Maria, paralelo aos morros da Serra Geral, que circundam a porção Norte da cidade, pode-se dizer, atuaram como vetores da expansão urbana da cidade no sentido leste-oeste, como atestaram os trabalhos de Bolfe (1997) e Salamoni (2008). Como coloca Bolfe (1997, p. 62), “o novo centro ferroviário do estado impulsiona-se com a implantação de novas funções, integradas à economia brasileira”, acelerando o processo de urbanização de Santa Maria na primeira metade do século XX.

De acordo com os dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE, 1986), a população de Santa Maria no ano de 1920 era de 52.700 habitantes, com 16.500 habitantes na área urbana e 36.200 na zona rural. Na década de 1940, segundo os dados da (FEE, 1986), a população alcança o número de 75.597 habitantes no total, com 41.688 na área urbana e 33.909 na área rural, com a população urbana superando a rural neste período (ROCHA, 2011).

(c) Santa Maria alcança a década de 1950 com uma população de 80.001 habitantes (IBGE, 2000), com índices de urbanização mais elevados que os do estado do RS e do Brasil no período (ROCHA, 2011). Embora o transporte ferroviário tenha enfraquecido no país, principalmente pelos investimentos nas estradas de rodagem, que dentro do ideal de interiorização, gerou maior fluidez do capital no país (SANTOS, 2006), nesse contexto um novo evento surge na cidade de Santa Maria, impactando toda a dinâmica dos usos do território em Santa Maria: a implantação da UFSM em 1960.

Como coloca Degrandi (2012, p. 145), a respeito do processo de enfraquecimento do que ele chama de “situação geográfica”, que em determinado momento esteve “[...] comandada pelo uso ferroviário, foi acompanhado pela emergência de uma nova situação geográfica, que seria comandada pelo uso universitário do território, a partir de 1960”. Ao estudar o território de Santa Maria a partir de seus usos, Degrandi (2012, p. 146) identificou que os eventos militares e ferroviário, sobrepostos e atuando como vetores das

modernidades nos diversos usos do território, “[...] moldaram uma nova divisão local (e regional) do trabalho”, calcada no comércio e serviços, sobretudo educacionais.

Em outras palavras, as transformações das bases materiais e imateriais, graças aos acréscimos de novos objetos técnicos que o território foi acolhendo, foram acompanhadas de novas formas de fazer, de pensar, de viver e de usar o território, induzindo a novas necessidades em termos de força de trabalho (novas habilidades, novas qualificações profissionais, novos níveis de escolaridade), que se converteram em novas escolas. Tais demandas foram crescendo e se diversificando, à medida que Santa Maria foi constituindo sua centralidade regional, com base nas funções militar e ferroviária, mas, também, nas demais atividades comerciais e de outros serviços (DEGRANDI, 2012, p. 146).

A partir deste período, Santa Maria adentra em um novo momento econômico, comandado ainda mais pelo comércio e serviços, muitos deles especializados. Além disso, com a Universidade Federal, a urbanização avança mais ainda na cidade, que em 1970 conta com 156.929 habitantes, atingindo a marca de 79% urbana, segundo os dados do IBGE (2000).

A implantação da UFSM possibilitou a entrada de novas verticalidades na forma de investimentos públicos e privados na cidade, que passaram a atuar como agentes de transformação do território urbano. Um exemplo disso é apresentado por Bolfe (2003), que ao estudar a verticalização urbana na cidade, identifica que a década de 1970 configura o período de maior intensificação do uso do território pela construção civil, reflexo da especulação do mercado de imóveis, com um total de 42 edifícios nesta década.

Nesse mesmo contexto estava sendo elaborado o Programa Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada (CURA) de Santa Maria, dentro do contexto do novo Plano Diretor implementado, financiados pelo Governo Federal, que visava ofertar recursos para aplicação de infraestrutura urbana e equipamentos urbanos em cidades médias brasileiras (LUZ JUNIOR, 1989).

Desse modo, no período entre o final da década de 1970 e a metade da década de 1980, o território urbano de Santa Maria sofre intensas alterações por ações de múltiplos agentes articulados, sejam eles a sociedade civil, o Governo Federal, a Prefeitura Municipal, através do Plano Diretor e as empresas privadas, que realizavam as obras. De acordo com Rocha (2011, p. 327), a empresa “[...] PROPLASA, que tinha como chefe da equipe o arquiteto Geraldo Serra, elaborou o Plano Diretor Físico Territorial de Santa Maria, de 1979, bem como o Projeto CURA/Sinuêlo”.

A implantação da UFSM intensifica as ações das verticalidades e das horizontalidades no território de Santa Maria, na segunda metade do século XX. No mesmo momento em que Santa Maria não realiza a virada industrial, a Universidade Federal contribui para a intensificação do uso corporativo do território (DEGRANDI, 2012), principalmente pelo capital vindo de cima e de fora. Como nos lembra Santos (2006, p. 231), “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”.

Degrandi (2012, p. 178) afirma que em Santa Maria, o processo de globalização foi atingindo o território de forma mais intensa a partir da década de 1980, quando foi se “[...] apropriando do comando de importantes atividades terciárias, impondo-lhes novos conteúdos e dinâmicas”. Conforme o autor, os usos militar, ferroviário e universitário configuraram o território de Santa Maria em ações verticalizadas e horizontalizadas, mas, “no presente, a elas se associa e se superpõe hierarquicamente uma nova força vinda de fora, fruto direto da globalização, trazida por empresas que operam em diferentes escalas e têm o território como um recurso [...]” (DEGRANDI, 2012, p. 180).

O uso corporativo do território, como coloca Degrandi (2012), formou-se a partir dos demais usos (militar, ferroviário e universitário), atuando no território em dois níveis de interação hierarquizados: o primeiro hegemônico (global) e o segundo nível chamado de não hegemônico (local) (DEGRANDI, 2012). Santos (2006, p. 230) argumenta que “a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade”.

Portanto, a ação corporativa no território, se materializa através da construção de edifícios altos, que servem de moradia, mas também como escritórios, consultórios médicos, ou servem ao mercado da educação privada, sobretudo nas áreas centrais. Conforme o estudo de Rocha (1993) evidenciou, o espaço urbano de Santa Maria é local de moradia de uma elite fundiária, que usa o território para fins de drenagem do capital fundiário de grandes e médias propriedades, sobretudo nos municípios do oeste e sul do RS, como também, muitos deles atuam como profissionais liberais, como médicos e advogados. De acordo com a autora:

O centro da cidade se apresenta como um local, por excelência, de residência da elite fundiária. Ele foi e continua a ser o local de residência de grandes fazendeiros, especialmente os grandes proprietários tradicionais e a classe de novos grandes proprietários de origem colonial. A permanência da elite fundiária tradicional e a atração da elite fundiária com propriedades

médias pode ser atribuída, em grande parte, aos serviços que esta área concentra, especialmente como centro financeiro e comercial e pela infraestrutura que este oferece (ROCHA, 1993, p. 123).

Além disso, o capital rural trouxe consigo empresas multinacionais como Massey Ferguson, como também infraestrutura de rodovias para escoar a produção de *commodities*, como as RSC 287 e a BR 392, que atravessam a área urbana de Santa Maria, e levam até a capital Porto Alegre e Rio Grande, respectivamente. Com a globalização atingindo mais fortemente Santa Maria a partir da década de 1980, as empresas locais, para se manter na concorrência, como exemplos as lojas Eny Calçados (segmentação de lojas e formação de rede), da Casa Roth (transformada em loja de departamentos, e, mais tarde, em pequena galeria comercial) e da Elegância Feminina (transformada em center shop no ano de 1996 (DEGRANDI, 2012).

Santa Maria pode ser considerada uma encruzilhada para as verticalidades e para as horizontalidades (SANTOS e SILVEIRA, 2011), com usos, ativos ou não, que ao longo do tempo criaram as condições socioespaciais do tempo presente. O uso militar do espaço, tão expressivo na cidade, como o uso ferroviário, hoje decadente, com grande parte de seu aparato se tornado rugosidades na paisagem da cidade (DEGRANDI, 2012), além do uso pelo agronegócio de *commodities* e o uso pela educação pública e privada em todos os níveis.

Como materialização do capital corporativo, dois tipos de empreendimentos privados têm sido instalados no espaço de Santa Maria, nas últimas décadas. Os condomínios fechados de alto padrão e os grandes empreendimentos, como os shopping centers. Os condomínios fechados começam a surgir em Santa Maria no final da década de 1980 (ROCHA, 2011), somando-se em 2010 o total de 19 condomínios horizontais (PRADO, 2010); (ROCHA, 2011), e, atualmente, esse número alcançando mais de 30 condomínios fechados no território urbano da cidade. Assim, esse processo,

[...] vem evidenciando a tendência do agravamento dos problemas decorrentes desse novo estilo de habitar, o qual, por suas características de “cercamento”, monitoramento e sistemas de vigilância, associados à proximidade física com as áreas de ocupação irregular, evidenciam a probabilidade de incidência de problemas urbanos e sociais, como: violência, criminalidade, pobreza, problemas gerados pela falta de convívio social e de acessibilidade a infraestruturas, entre outros (ROCHA, 2011, p. 364).

Como identificado por Rocha (2011), a reprodução dos condomínios se dá em paralelo e coexistindo com o território onde se localizam os pobres, sobretudo nas áreas de

periferia da cidade, grande parte deles habitando ocupações irregulares. As ocupações irregulares demonstram claramente a privação do direito do uso do território pelos pobres em Santa Maria, tornado o espaço seletivo para estes grupos.

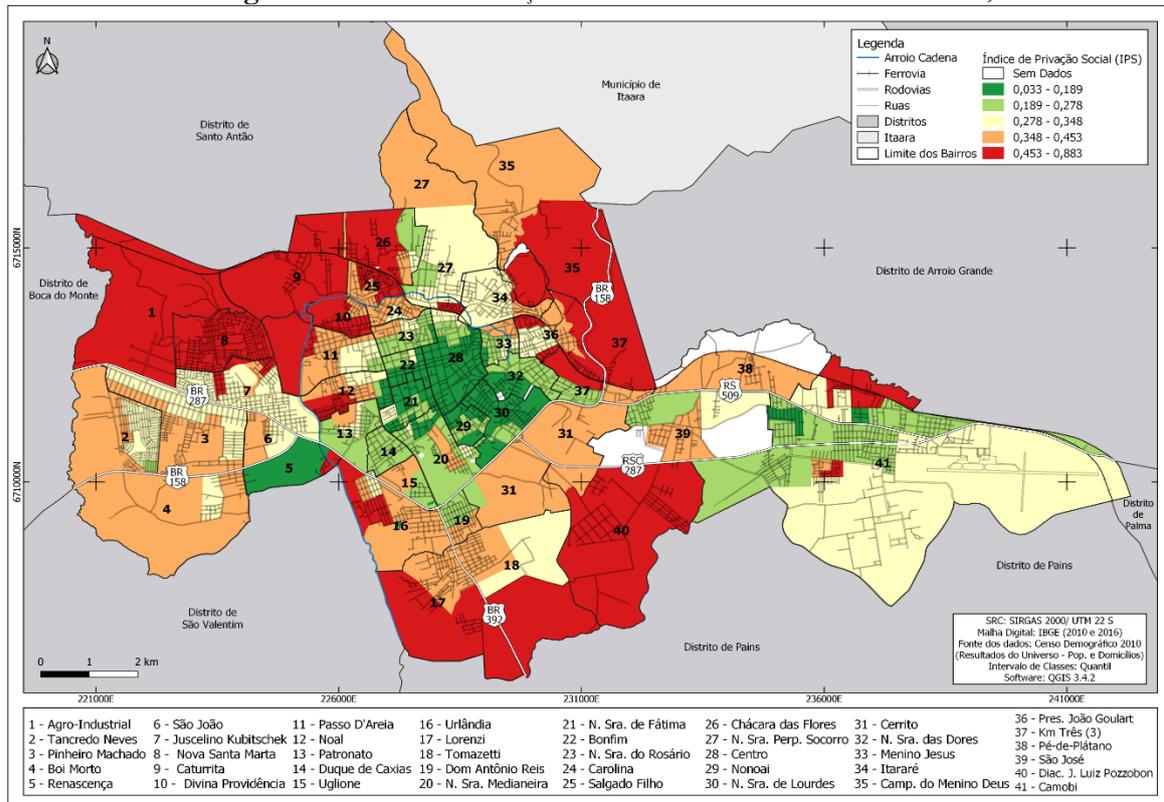
As ocupações irregulares refletem as expressivas desigualdades socioespaciais em Santa Maria. Pode ser definido pela desposseção, privação do direito a terra urbana, o que leva pessoas e grupos sociais a invasão de áreas públicas ou privadas, onde sobrevivem em habitações precárias, na maioria das vezes. Os trabalhos de Prado (2010) e Botega (2012), demonstraram que as áreas de ocupação irregular ocupam os espaços das periferias, em áreas distantes, muitas delas nas beiras do Arroio Cadena e dos trilhos do trem.

Assim, o cenário atual de Santa Maria aponta o uso corporativo do território como uma das forças propulsoras da economia na cidade, alavancado pela influência dos demais usos. Materializa-se, principalmente, através do comércio varejista, dos serviços, muitos deles especializados, ligados ao setor educacional e de saúde, além do investimento em imóveis, prática cada vez mais expressiva na cidade. Como assinala Degrandi (2012, p. 260) “[...] a constituição da atual situação geográfica de Santa Maria é resultado da sucessão, da combinação e da sobreposição de uma profusão de eventos que historicamente se geografizaram em seu território”.

Privação Social na área urbana de Santa Maria, RS: avaliação do IPS

O IPS nos mostra a distribuição da pobreza no território (figura 3). Em uma primeira impressão, é possível identificar contrastes muito expressivos entre o centro e a periferia, com o centro apresentando as melhores condições sociais do território, enquanto a periferia concentrando as piores condições.

Figura 03. Índice de Privação Social da área urbana de Santa Maria, RS



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Maurício Rizzatti.

Esse padrão espacial se relaciona com a aplicação do IPS anteriormente realizada por Faria et al (2019), para os quais, a privação é negativa na área central e se circundam por áreas contínuas de índices de privação social positivos em praticamente todos os lados. No IPS aplicado por estes autores,

[...] são mais carenciados os setores censitários localizados nas regiões Oeste; Norte; Nordeste e Sul, podendo-se encontrar também pequenas manchas de privação social mais elevada nas regiões Leste e Centro-Oeste. Por outro lado, são menos carenciadas as áreas localizadas no Centro, parte do Centro-Oeste, Centro-Leste e Leste (FARIA et al, 2019, p. 241).

Em nosso IPS, os mais altos índices de privação na área urbana em Santa Maria, assim como no trabalho de Faria et al (2019), estão nas regiões periféricas, principalmente região oeste, norte, nordeste e sul. Além destas áreas, a representação espacial do IPS demonstra manchas de privação em outras áreas, como a região leste, centro-leste e centro-oeste. As áreas com os menores índices localizam-se no centro e áreas no entorno do centro, como centro-oeste e centro-leste, além da região leste.

Os bairros que concentram os setores censitários com índices mais acentuados de privação, ou seja, com valores que mais se aproximam de 1 no computo final,⁵ são o Nova Santa Marta, Caturrita, João Goulart, Noal, Passo D’Areia, Diácono João Luiz Pozzobon, Salgado Filho, Campestre do Menino Deus, Km 3, Lorenzi, Urlândia, entre outros que apresentam manchas de privação. Os bairros com menores índices de privação são o Centro, o Uglione, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora de Fátima, Bonfim, Nossa Senhora De Lourdes, Nossa Senhora das Dores, localizados na área Central e imediações do centro da cidade.

Desse modo, o desenho espacial da privação em Santa Maria, demonstrado no IPS, apresenta determinados arranjos espaciais que concentram índices altos e baixos de privação, como o centro e a porção oeste da cidade, respectivamente. Este modelo de estruturação intra-urbana é muito presente nas cidades médias brasileiras, no qual as classes altas se localizam nas áreas centrais, onde está a maior estrutura comercial e de serviços, enquanto nas áreas periféricas, nas regiões longínquas, reside a população de baixa renda, privada de serviços basilares. Cabe salientar que o padrão periférico de urbanização brasileiro, segundo a literatura, é marcado pela predominância das camadas de baixa renda, assim como pela precariedade na infraestrutura e nos serviços públicos (MARICATO, 1979); (VILLAÇA, 1998); (ROCHA, 2011).

Nesse sentido, observando as 5 classes representadas na legenda do IPS, quando relacionadas com os dados demográficos, podem expressar elementos significativos. Por exemplo, as áreas de mais alta privação, representadas pelas 4ª e 5ª classes do mapa do IPS, totalizavam em 2010 uma população de 101.689 habitantes. Este dado revela que a área urbana de Santa Maria, no ano de 2010, apresentava um percentual de 41,54% de população em situação de privação, abrangendo áreas que extrapolam as periferias urbanas, embora mantendo o traçado centro-periferia. Enquanto isso, nas áreas de baixa privação, em níveis de população absoluta, são contabilizados nestes setores censitários o total de 89.094 habitantes, atingindo 36,40%.

Os dados demonstram também que é maior a proporção da população idosa (≥ 65 anos) no primeiro grupo (duas primeiras classes), que ocupam 46,60% da população dos setores censitários destas classes. Em compensação, a maior proporção de crianças e adolescentes se localiza nas periferias da cidade, nas duas classes mais elevadas de privação,

⁵ O computo final do IPS apresenta valores entre 0 e 1 para todos os setores censitários da área urbana de Santa Maria, sendo que, quanto mais próximo de 1 estiver, mais elevada será a privação.

somando 54,25% do total da população, sendo que somente na última classe esse número alcança quase os 30%. Estes dados podem ser visualizados na tabela 1.

Tabela 01. Distribuição da população absoluta e inativa (≤ 14 anos e ≥ 65) por classe de privação social na área urbana de Santa Maria, RS

| Classes do IPS | População Absoluta | % População Absoluta | ≤ 14 Anos | $\% \leq 14$ Anos | ≥ 65 Anos | $\% \geq 65$ Anos |
|-----------------------|---------------------------|-----------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1 ^a | 42.228 | 17,25 | 5.065 | 10,50 | 5.307 | 23,28 |
| 2 ^a | 46.866 | 19,15 | 7.036 | 14,58 | 5.314 | 23,31 |
| 3 ^a | 54.005 | 22,06 | 9.977 | 20,67 | 5.330 | 23,38 |
| 4 ^a | 53.036 | 21,67 | 12.178 | 25,23 | 4.192 | 18,39 |
| 5 ^a | 48.653 | 19,88 | 14.005 | 29,02 | 2.650 | 11,63 |
| Total | 244.788 | 100,00 | 48.261 | 100,00 | 22.793 | 100,00 |

Fonte: IBGE (2010). Elaboração: os autores (2019).

A maior proporção de crianças e menor de idosos, nas classes mais elevadas de privação, denota duas questões: a elevada taxa de natalidade e a baixa expectativa de vida nas periferias urbanas. O Mapa da Desigualdade da cidade de São Paulo do ano de 2019, produzido pela “Rede Nossa São Paulo”, evidencia que vida na periferia de São Paulo é em média 23 anos mais curta do que nas áreas nobres (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2019).

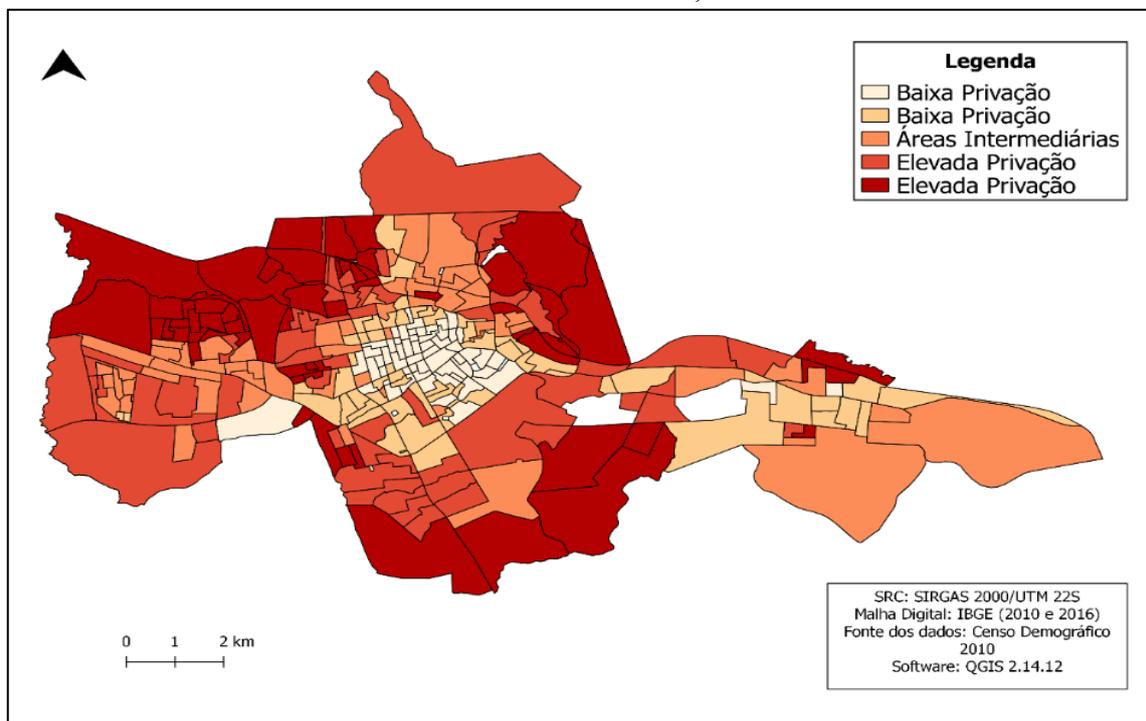
Esta parece ser uma realidade entre as áreas da cidade de Santa Maria. Embora não tenhamos dados que revelem com precisão, os elementos levam a crer que a população tende a viver menos nas áreas privadas da cidade, revelando a própria privação à vida ao qual os grupos sociais estão condicionados nas periferias.

Os dados denotam que os perfis demográficos se alteram profundamente dentro da cidade, refletindo as desigualdades socioespaciais. Este é um indicador importante de análise da qualidade de vida, que denota um resultado da própria privação social como destituição da vida. Nesse sentido, cabe a reflexão de Santos (2006), quando identifica que a localização das pessoas no território possui influência determinante em sua realidade social, tendo em vista todos os “obstáculos” pelos quais os pobres estão condicionados nas periferias da cidade. No caso de Santa Maria, uma pessoa ao nascer em um dos bairros periféricos de alta privação está condicionada a profundas desvantagens, ligadas a uma série de privações que incluem a privação da escolarização, do saneamento, da renda, da moradia e até mesmo da vida.

Quais são os espaços de privação social em Santa Maria, RS?

Os dados do IPS, aliados aos trabalhos de campo, permitiram classificar três grandes porções de elevada privação, que ocorrem de maneira descontínua e fragmentada no território em Santa Maria. No entanto, em um esforço de cartografar a privação social no território de Santa Maria, definimos três áreas são concentradoras da pobreza e da escassez dos recursos na cidade. São elas: (a) a primeira perpassando a extensão norte da área urbana, que inicia na zona norte do bairro Camobi (região leste), seguindo descontinuamente pelos bairros da região nordeste e norte, acompanhando a estrada de ferro. (b) A segunda área de privação iniciando na região norte, passando por áreas da região centro-oeste e oeste como o bairro Noal, Nova Santa Marta e Agro-Industrial. Além destas, (c) uma terceira área na região sul, estendendo-se para centro-leste, sobretudo no bairro Diácono João Luiz Pozzobon. Na figura 4, a delimitação das três áreas de elevada privação no território urbano de Santa Maria, definidas através dos valores expostos pelo mapa do IPS, articuladas com as incursões de campo. O agrupamento ainda expõe as áreas de baixa privação, assim como as áreas de privação intermediária.

Figura 04. Delimitação das áreas de elevada, intermediária e baixa privação social no território urbano de Santa Maria, RS



Fonte: IPS adaptado. Elaboração: os autores.

As condições sociais dos grupos postados no espaço obedecem a distintas racionalidades e estão ligadas a diferentes processos históricos, em termos de formação socioespacial. Nesse sentido, áreas com valores de IPS estatisticamente semelhantes se diferem devido aos processos socioespaciais ocorridos nos lugares ao longo do tempo. É isso o que difere a privação em bairros como o Agro-Industrial (região oeste) e o Diácono João Luiz Pozzobon (centro-leste), por exemplo, o qual o primeiro tem sua formação socioespacial ligada ao aparato industrial, enquanto o segundo é resultado de uma sucessão de processos ligados à problemática habitacional.

Com relação ao Diácono João Luiz Pozzobon, Silva e Moura (1997) abordam que a formação do bairro está ligada com a construção de um conjunto habitacional no local onde se localizava uma ocupação irregular, através de verbas municipais, para atender o déficit de habitação e realocar populações que habitavam áreas de risco socioambiental no município. Este conjunto habitacional, instalado no ano de 1994, “[...] tem sua regularização ligada a ação da Prefeitura Municipal de Santa Maria, e a implementação de programas habitacionais para população pobre e privada de habitação da cidade” (RIZZATTI e SPODE, 2019, p. 83).

A formação do território é um processo histórico e social, e, como tal, a privação social também se revela como fenômeno histórico. É como se refere Maria Adélia de Souza, quando observa que as desigualdades socioespaciais são fenômenos que se expressam pelo processo histórico de uso do território nas periferias urbanas (SOUZA, 2019), desenvolvidos de maneiras distintas, em termos de tempo e espaço. A porção norte do território, por exemplo, apresenta processos muito peculiares de pobreza e privação social em algumas áreas, especialmente nos bairros Salgado Filho, Itararé, Campestre do Menino Deus e Carolina. Estes bairros possuem a sua formação socioespacial atrelada ao passado ferroviário, especialmente o Salgado Filho e o Itararé, e embora se localizem relativamente próximos da região central da cidade, apresentam áreas de extrema pobreza e privação social. Algumas áreas nessa região da cidade apresentam quadros graves de privação, como a vila Valdemar Rodrigues, no bairro Carolina, localizada entre duas estradas de ferro, além da vila Nossa Senhora do Trabalho, localizada a Norte do Salgado Filho, nas margens dos trilhos.

A privação social na zona norte está vinculada as transformações ocorridas nesses bairros, principalmente com a decadência dos serviços ferroviários, que levaram a perda de importância econômica desta parte da cidade, principalmente nos bairros Salgado Filho e Carolina. A organização socioespacial, no primeiro momento voltada para o aparato

ferroviário, com vilas construídas para os trabalhadores da viação férrea, como a vila Kennedy, tem sua racionalidade alterada significativamente, tornando-se áreas precarizadas, abandonadas dos circuitos densificados da economia, e por consequência das infraestruturas urbanas, dando margem para privações de toda a ordem, como moradia adequada, a violência, o saneamento, entre outras.

Figura 05. Área de privação social na vila Valdemar Rodrigues, bairro Carolina, região norte de Santa Maria, RS



Fonte: Trabalho de campo (2019).

(b) Por outro lado, a região oeste obedece a uma outra racionalidade, imposta por uma formação socioespacial ligada as classes de trabalhadores industriais e também as disputas pelo uso do território, sobretudo o bairro Nova Santa Marta. O bairro Nova Santa Marta se constitui em uma ocupação ocorrida no ano de 1991, em terras que pertenciam a Fazenda Nova Santa Marta, desapropriada pelo governo do estado do RS para uso industrial e habitacional no ano de 1979 (FARIAS, 2011).

Esta porção de terras ainda não urbanizada, passa a ser ocupada durante grande parte da década de 1990, por uma população que migra de diversos bairros periféricos da cidade, como São João, Carolina, Salgado Filho, como também de municípios próximos, como São Sepé, São Pedro do Sul e Dilermando de Aguiar, somando em 1995 mais de 10 mil pessoas, vivendo em extrema precariedade (FARIAS, 2011).

Este acúmulo histórico de profundas desposseções no Nova Santa Marta, que foi tornado bairro do perímetro urbano de Santa Maria somente em 2006 (SANTA MARIA, 2006), aponta para uma realidade atual de expressivas privações, ligadas a privação das infraestruturas mais básicas, como a moradia.

(c) Em compensação, os bairros da zona Sul da cidade apresentam ainda outras situações de privação, em uma área que atravessa um processo de transformação espacial muito contundente, com a instalação de grandes empreendimentos privados, resultado do uso corporativo do território em Santa Maria. Estes grandes objetos corporativos, instalados recentemente, como o shopping Praça Nova, implementado no bairro Urlândia no ano de 2017, interferem com a dinâmica da região, até então baseada nos fluxos das rodovias (RSC 287 e BR 392), e inserem outros processos socioespaciais nesta área da cidade, como a especulação imobiliária e a seletividade espacial.

O uso corporativo do território em uma área de elevada privação social, como o Urlândia, na porção sul, torna o espaço seletivo, obrigando os grupos mais pobres a se deslocarem para as áreas mais distantes, privadas de possibilidades, frente a valorização dos imóveis e da terra urbana na região. Dessa maneira, a tendência é de ocupação de áreas impróprias para habitação, como as vilas localizadas próximas do Arroio Cadena, drenagem que recobre diversos bairros urbanos, como o Urlândia e o Lorenzi, que convivem com intensos problemas relacionados aos alagamentos. Em estudo de Figueiredo e Guidugli (2003), a respeito da qualidade de vida no bairro Urlândia, as autoras constataram altos níveis de exclusão e de precariedade em grande parcela da população local, especialmente, “[...] quando se tratam das condições de acesso ou não aos serviços públicos e da exposição aos riscos ambientais” (FIGUEIREDO e GUIDUGLI, 2003, p. 99).

A realidade socioespacial do bairro Urlândia, assim como do Lorenzi, em tempos atuais, especialmente nas áreas próximas do Arroio Cadena, apresenta-se através de expressivas privações, relacionadas a precariedade das moradias, aos alagamentos constantes, ao saneamento básico praticamente inexistente, que expõe a população as doenças e outras mazelas de ordem territorial. A porção sul de Santa Maria, como pode ser visualizado no mapa do IPS (figura 3), demonstra expressivas desigualdades socioespaciais, com situações que variam de baixa e elevada privação. Em Bairros como o Urlândia e o Lorenzi, com um histórico associado a privações sociais de diversos tipos, com a intensificação do uso corporativo nesses territórios, coloca em evidência uma série de processos que reproduzem essas privações identificadas, como a seletividade espacial, a valorização imobiliária, a

alienação espacial, entre outros processos. A figura 6 demonstra área de privação social localizada no bairro Urlândia, nas proximidades do shopping Praça Nova.

Figura 06. Área de privação social no bairro Urlândia, zona sul de Santa Maria, RS



Fonte: Trabalho de Campo (2019).

Considerações Finais

Os processos sociais e históricos produziram ao longo dos anos a “Geografia da privação social” em Santa Maria, como os mapas nos mostram. Nos termos de Milton Santos, é possível afirmar que Santa Maria possui um centro luminoso, com acesso a infraestrutura urbana, serviços e alta densidade de capitais, e por outro lado, uma periferia opaca, privada de recursos considerados básicos.

A aplicação do IPS nos levou a delimitação de três áreas de grande privação no território urbano de Santa Maria. A primeira perpassa a extensão norte da área urbana, que inicia à norte de Camobi, seguindo descontinuamente pelos bairros da região nordeste e norte, acompanhando a estrada de ferro. A segunda área de privação iniciando na região norte, passando por áreas da região centro-oeste e oeste como o bairro Noal, Nova Santa Marta e Agro-Industrial. Além destas, uma terceira na região Sul se estendendo para centro-leste, sobretudo no bairro Diácono João Luiz Pozzobon.

Para essas áreas do território urbano convergem os homens lentos de Santos (2006), que não acompanham a velocidade das técnicas impostas verticalmente no território, sobretudo nas áreas de alta densidade de comércio e serviços, como o centro da cidade e a área central de Camobi. Nesse contexto, torna-se possível observar que a reprodução da pobreza e da privação social no território urbano de Santa Maria se dá tanto pelos objetos presentes no espaço, e também pelas ações que dão vida ao território. Estas ações se configuram tanto pelas intervenções do Poder Público, a nível Municipal, Estadual e Federal, configuradas ao longo do processo histórico, com financiamento e construção de loteamentos em todos os níveis, como também pelas ações do capital corporativo, que usa o território seguindo racionalidades comandadas em pontos distantes.

Referências

BARTLEY, M; BLANE, D. Commentary: Appropriateness of deprivation indices must be measured. **BMJ**, v. 309, n. 6967, p. 1479, 1994.

BELÉM, J. **História do Município de Santa Maria: 1797-1933**. Santa Maria: ed. UFSM, 1989.

BERNARDES, S. A. C. **Santa Maria da Boca do Monte**. In: Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas. Santa Maria: Imprensa Universitária, UFSM, 8 (2).173-188, 1985.

BOLFE, S. A. **Expansão urbana de Santa Maria, RS: uma avaliação da adequabilidade do uso do solo**. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo, 1997.

BOLFE, S. A. **Transformações do espaço urbano de Santa Maria - RS e sua região: tendências e condicionantes**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

BOTEGA, I. da R. **Urbanização e Ocupações na formação da periferia de Santa Maria-RS na segunda metade do século XX**. In: RIBEIRO, J. I.; WEBER, B. T. (Orgs). **Nova história de Santa Maria: outras contribuições recentes**. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2012.

CENTRO-OESTE BRASIL. **Ferrovias do Brasil**. Mapa das estradas de ferro existentes em 1910. Disponível em: < <http://vfco.brazilia.jor.br/Planos-Ferrovios/evolucao-da-rede-de-estradas-de-ferro-1910.shtml>>. Acesso em: 28 de set. 2020.

COMIN, F. V. **Dinâmica espacial e segregação residencial no Bairro Camobi – Santa Maria/RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

DEGRANDI, J. O. **Verticalidades e horizontalidades nos usos do território de Santa Maria-RS.** Tese de Doutorado, Santa Cruz do Sul. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2012.

FARIA R. M. Territórios da Privação Social nas cidades brasileiras: uma reflexão conceitual. In. **Cidades Interativas: do contexto informacional as práticas socioespaciais integradas** / Arlêude Bortoluzzi, Orlando L. Berenguel (orgs.). – São Paulo: Olho d’Água, 2017.

FARIA, R. M; SAVIAN, P. S.; VARGAS, D. Territórios da privação social na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. **Boletim de Geografia**, v. 37, n. 1, p. 234-250, 2019.

FARIAS, C. L. **O processo de ocupação da periferia urbana em Santa Maria-RS: o caso do bairro Nova Santa Marta.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. 2011.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **Censos do RS: 1803-1950.** Secretaria de Coordenação e Planejamento. Porto Alegre, 1986.

FIGUEIREDO, V.; GUIDUGLI, O. População e qualidade de vida urbana em Santa Maria-RS–Estudo de Caso: Bairro Urlândia. GERARDI, Lúcia Helena. **ambientes: estudos de Geografia.** Rio Claro: UNESP/AGETEO, p. 89-103, 2003.

FLÔRES, J. R. A. **O pragmatismo político dos ferroviários sul-riograndenses: com foco histórico na cidade de Santa Maria.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Base de informações do Censo Demográfico 2010: **resultados do universo por setor censitário.** 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Sidra. Tabela 6579 - **População residente estimada.** 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>. Acesso em: 25 de set. 2020.

IVALDI, E. Material and social deprivation in Italy: An analysis on a regional basis. **Eastern European Business and Economics Journal**, v. 2, n. 3, p. 248-268, 2016.

LUVIZOTTO, C. K. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

LUZ JUNIOR, R. da. **O Programa CURA e o processo de renovação urbana: o caso de Santa Maria.** 1989. 169f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

MACHADO, M. K. **A presença do Exército e da Aeronáutica na organização espacial de Santa Maria - RS.** Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria. Dissertação de Mestrado. Santa Maria, 2008.

MARCHIORI, J. N. C.; NOAL FILHO, V. A. **Santa Maria: relatos e impressões de viagem.** Editora Ufsm, 1997.

MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.

PRADO, T. C. S. **Formas atuais de exclusão residencial no espaço urbano de Santa Maria – RS: uma análise dos condomínios horizontais fechados e das áreas ocupadas de forma irregular**. 2010. 112f. Monografia – Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da desigualdade em São Paulo de 2019**.

Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/2019/11/05/mapa-da-desigualdade-2019-e-lancado-em-sao-paulo/>>. Acesso em 10 jan. 2020.

RIZZATTI, M.; CASSOL, R.; BATISTA, N. L.; SPODE, P. L. C. A compreensão do espaço urbano pela distribuição das faixas etárias do bairro Camobi, Santa Maria, RS. In: Simpósio Internacional do SELPER, 2016, Puerto Iguazu, Argentina. **Anais [do] Simpósio Internacional do Selper**, 2016.

RIZZATTI, M.; SPODE, P. L. C. A história do bairro Diácono João Luiz Pozzobon, Santa Maria, RS, através de mapas: uma atividade prática com alunos do ensino fundamental. In: **O ensino de geografia na contemporaneidade: práticas e desafios** / Natália Lampert Batista; Maurício Rizzatti (Organizadores). – Rio de Janeiro: Dictio Brasil, 2019.

ROCHA, L. H. M. da, **O papel de Santa Maria como centro de drenagem da renda fundiária**. 1993. 179 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1993.

ROCHA, L. H. M. da, **Padrão locacional da estrutura social: segregação residencial em Santa Maria - RS**. 2011. Tese (Doutorado), Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

SALAMONI, G. F. **O crescimento urbano por extensão e suas repercussões morfológicas em estruturas urbanas: estudo de caso: Santa Maria/RS**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

SANTA MARIA, **Lei Complementar Nº 42, de 29 de dezembro de 2006**. "Cria unidades urbanas, altera a divisão urbana de Santa Maria, dá nova denominação aos Bairros e revoga a Lei Municipal nº 2770/86, de 02/07/1986, artigos 2º a 25 e dá outras providências". Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/santa-maria/lei-complementar/2006/4/42/lei-complementar-n-42-2006-cria-unidades-urbanas-altera-a-divisao-urbana-de-santa-maria-da-nova-denominacao-aos-bairros-e-revoga-a-lei-municipal-n-2770-86-de-02-07-1986-artigos-2-a->. Acesso em: 29 de dez de 2019.

SANTA MARIA. **Lei Complementar Nº 117, de 26 de junho de 2018**. Institui a Lei de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento, Perímetro Urbano e Sistema Viário do Município de Santa Maria. Disponível em: < http://iplan.santamaria.rs.gov.br/uploads/norma/18078/Lei_Complementar_117_2018_LUOS.pdf >. Acesso em 24 de nov de 2019.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica, tempo, razão e emoção /Milton Santos. -4. ed. 2. reimpr. -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 15ª ed. - Rio de Janeiro: Record 2011.

SAVIAN, P. S. **Análise espacial da privação social da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul.** Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de Geociências, 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade;** tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, M. T. A. S.; MOURA, R. R. **Uso do solo urbano, infraestrutura e condições socioeconômicas do Conjunto Habitacional Diácono João Luiz Pozzobon.** Trabalho de Graduação. Universidade Federal de Santa Maria. – UFSM. Centro de Ciências Naturais e Exatas. Departamento de Geociências. Curso de Geografia. 1997.

SOUZA, M. A. A. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. **PatryTer. Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades.** Vol 2, n 4. pp.1-17. 2019.

SOUZA, M. A. A. Uso do território e saúde. Refletindo sobre “municípios saudáveis”. O processo de construção da rede de municípios potencialmente saudáveis. **Sperandio AMG, organizador.** Campinas: IPES, v. 2, p. 57-77, 2004.

SPODE, P. L. C. **Pobreza e privação social na área urbana de Santa Maria, Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos usos do território.** 175 páginas (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, RS, 2020.

TESTI, A.; IVALDI, E. Material versus social deprivation and health: a case study of an urban area. **The European Journal of Health Economics**, v. 10, n. 3, p. 323, 2008.

TOWNSEND, P. **Deprivation.** Journal of social policy, v. 16, n. 2, p. 125-146, 1987.

VILLAÇA, F. **O espaço intra-urbano no Brasil.** SP: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Submetido em: março de 2020.

Aceito em: outubro de 2020.